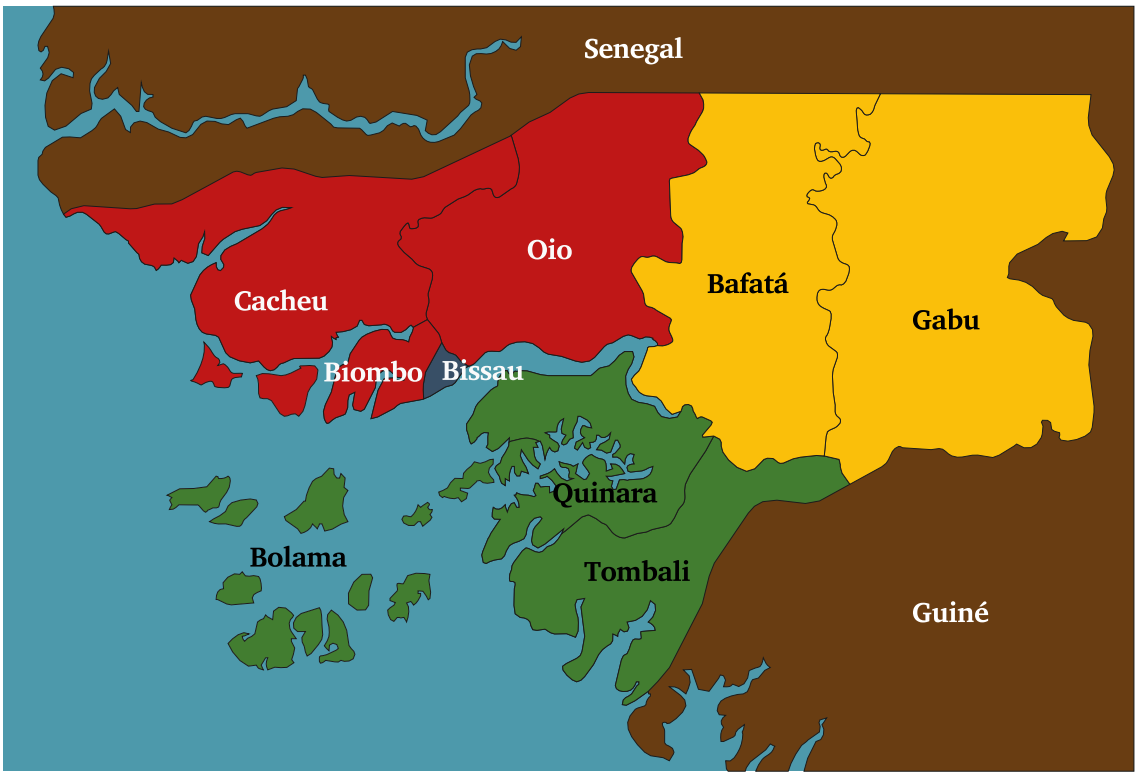
Apresentação

Miguel Carter e Carlos Cardoso

Vozes do Povo: Sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.
Primeira impressão, janeiro 2024.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

Guiné-Bissau: Grandes Regiões e Regiões Administrativas



Apresentação

Miguel Carter e Carlos Cardoso

Esta obra propõe uma reflexão aprofundada sobre a realidade política e social da Guiné-Bissau. Ela resulta de uma pesquisa inédita, destinada a captar, processar e analisar a opinião pública do país. Neste sentido, procura dar resposta a perguntas tais como:

- O que pensa o povo guineense do seu país? Quais são as suas frustrações e as suas esperanças?
- Como é que as pessoas convivem entre si e participam na vida pública?
- Qual é o impacto da história, da geografia, das condições sociais e do ambiente político sobre essas orientações?
- Como é a convivência entre os guineenses no que toca a questões religiosas, étnicas e de género?
- Quais são as semelhanças e as diferenças entre as perceções dos guineenses e as de outros povos de África?

A investigação científica que permitiu produzir esta obra foi realizada ao longo de três anos e meio. Ela envolveu dezenas de pesquisadores e cerca de 1.300 entrevistas com cidadãos guineenses das mais variadas condições de vida. Neste esforço, o objetivo foi o de gerar conhecimento sobre a Guiné-Bissau e melhorar a qualidade destas informações – e com isto, empoderar o engajamento cívico, facilitar o diálogo construtivo e promover a democracia neste pequeno país da África Ocidental.

A primeira parte do livro apresenta uma síntese das informações obtidas através da pesquisa Vozes do Povo. A segunda parte expõe uma reflexão analítica, desenvolvida a partir dos resultados da pesquisa. Esta secção inclui a valiosa contribuição de um elenco de dez cientistas sociais guineenses e estrangeiros, com reconhecida *expertise* sobre o país.

Nesta introdução, descrevemos, sucintamente, a pesquisa Vozes do Povo e referenciamos o conhecimento produzido no quadro mais vasto da literatura contemporânea, relativa à Guiné-Bissau. A seguir, apresentamos uma sinopse do conteúdo do livro. Concluímos com um breve comentário sobre a aflição do povo guineense perante a vida política do país e sobre a atenção e cuidados de que esta precisa.

Pesquisa Abrangente e Inovadora

A pesquisa Vozes do Povo foi iniciada com o objetivo, tanto de aperfeiçoar a compreensão da política e da sociedade da Guiné-Bissau, como de criar instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento democrático. Ela surgiu em 2018, a partir da ideia de realizar o primeiro inquérito de opinião pública na Guiné-Bissau. Os resultados deste inquérito serviram de base para a realização de uma nova investigação, constituída por três componentes: uma pesquisa de mineração de dados e análise dos resultados da sondagem; um estudo de grupos focais; uma revisão comparativa de opinião pública entre a Guiné-Bissau e outros países africanos.

A investigação realizada foi complexa, inovadora e ambiciosa. Complexa devido à envergadura da pesquisa. Inovadora por causa da sua metodologia, a qual combina elementos quantitativos, qualitativos e comparativos. Ambiciosa pela riqueza e qualidade do conhecimento

produzido. Até à data, não há nenhum outro país em África que tenha aprofundado o estudo de uma sondagem de opinião pública com o detalhe e a subtileza alcançados pela iniciativa Vozes do Povo.

As quatro investigações realizadas são:

- **A sondagem de opinião pública Vozes do Povo** efetuada em meados de 2018. Este estudo baseou-se na metodologia e no questionário do Afrobarometer, a principal agência de pesquisa de opinião pública de África. A amostra nacional foi realizada com dados do recenseamento de 2009. O inquérito obteve 1.184 respostas válidas, recolhidas em 148 distritos censuais, incluindo partes remotas e isoladas do país. A margem de erro foi de 2,85% e o nível de confiança de 95%.
- **A pesquisa de mineração de dados e análise estatística** criou um procedimento original para aprofundar a investigação dos resultados da sondagem de 2018. A revisão minuciosa desta base de dados, através de diversos instrumentos estatísticos, permitiu desenvolver 55 índices e subcomponentes, agrupados em torno de seis eixos temáticos: estratos sociais; adesão à democracia; engajamento na vida pública; coexistência social; apoio à igualdade social e risco de sectarismo religioso. O cruzamento destes elementos, com uma variedade de indicadores demográficos e identitários, possibilitou a construção de um grande acervo de dados – uma autêntica mina –, com informações de um valor excecional para a compreensão da realidade guineense.
- **O estudo de grupos focais** permitiu contextualizar e enriquecer as informações obtidas através do inquérito de 2018. As entrevistas de grupo foram realizadas em dez localidades distintas do país, junto dum segmento diversificado da população, entre outubro e novembro de 2019. Esta pesquisa, empreendida em parceria com o Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC), viabilizou uma conversa aberta sobre os principais resultados da sondagem relacionados com: a visão geral do país; a convivência na sociedade guineense; a participação das mulheres e, finalmente, as perceções em torno do Estado, dos governantes e das elites políticas.
- **A revisão comparativa de opinião pública** entre a Guiné-Bissau e outros países africanos é a primeira realização em que este país se insere em pesquisas regionais desta índole. Este estudo integra os resultados da sondagem realizada na Guiné-Bissau e os inquéritos efetuados pelo Afrobarometer em 17 outros países africanos. Ele inclui todos os países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com exceção de Angola. O questionário compreende 193 perguntas, relativas a uma ampla variedade de assuntos.

O progresso que esta abordagem significa para a Guiné-Bissau é notável. De um país que, até 2018, não tinha feito uma única sondagem de opinião pública, passou-se para um país que, agora, possui o mais sofisticado estudo de perceções e atitudes públicas de toda a região. As informações produzidas pela iniciativa Vozes do Povo – com toda a sua amplitude e riqueza – estão disponíveis na internet.[1]

[1] Ver DEMOS (2024).

Produção de Conhecimento

O processo de edificação política pós-colonial na Guiné-Bissau cedo despertou a atenção dos estudiosos em geral e dos politólogos em particular. O país e as suas estruturas políticas germinaram de uma guerra, a qual se destacara pela originalidade das suas opções. A projeção internacional de Amílcar Cabral, associada à sua contribuição nos debates ideológicos e teóricos no século XX, contribuiu, igualmente, para potenciar o interesse dos estudiosos pelo percurso da Guiné-Bissau. Acresce que a experiência libertadora na Guiné fazia parte de uma saga mais ampla, que incluía os três territórios outrora colonizados por Portugal: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Tal como a Argélia em 1962, as três colónias portuguesas tinham conquistado a sua independência através de uma guerra de libertação nacional, o que constituía algo essencialmente novo para a África subsariana. Este facto atraiu o interesse de muitos observadores empenhados numa análise do processo de descolonização.[2]

Este despertar de interesse pela Guiné-Bissau, no pós-independência, deu continuidade a um processo de produção de conhecimento na área das ciências sociais e humanas que, outrora, constituíra uma das imagens de marca da Guiné Portuguesa. A conjuntura política internacional, criada depois da Segunda Guerra Mundial, conduziu à reformulação administrativa e económica da política colonial. E um dos aspetos desta nova fase do colonialismo português consistiu no desenvolvimento da "ocupação científica" dos territórios africanos, através da criação de instituições de pesquisa e do financiamento de missões técnico-científicas.[3]

Com efeito, a Guiné Portuguesa tinha-se notabilizado pela quantidade e qualidade da sua produção intelectual, plasmada na publicação do conhecido *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, iniciada em 1946, bem como pela existência de um dinâmico Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, fundado em 1945. O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa constituiu um caso exemplar, e único, da produção científica e etnográfica no contexto da administração colonial portuguesa.[4] Quanto ao *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, com uma periodicidade de quatro volumes por ano, congregava a investigação e informação relativas à colónia portuguesa. É de registar que terminou no número 110, de abril de 1973, nas vésperas da independência da Guiné-Bissau.

O conteúdo e as finalidades criticáveis de muitas das publicações que apareceram nesse *Boletim*, pelo facto de a base da sua ideologia ser colonial, não invalidam o contributo que elas representaram para o conhecimento das comunidades e dos povos da então Guiné Portuguesa. Os colaboradores do *Boletim* (e do Centro) eram sobretudo funcionários administrativos coloniais, civis ou militares.

Com a independência da Guiné-Bissau, multiplicaram-se os trabalhos de académicos sobre este país de pouco mais de 623.000 habitantes em 1974.[5] Alguns deles, como Basil Davidson, Mário Pinto de Andrade, Ronald Chilcote, Christian Sigrist, Lars Rudebeck e Shirley Washington faziam parte da 'primeira vaga de investigadores' que tinham estabelecido laços com os líderes do PAIGC, durante a luta de libertação nacional.[6] No centro de interesse encontrava-se, por exemplo,

---

[2] Para uma análise comparada dos casos lusófonos e de alguns outros países africanos – Camarões, Quénia e a República Democrática do Congo – ver Chabal (2002) e estudos de casos como o de Joseph (1977).

[3] Carvalho (2004).

[4] Carvalho (2004).

[5] World Population Review (2021).

a questão de saber quão diferente era o Estado pós-colonial na Guiné-Bissau das outras experiências em África e mesmo dos outros países de língua oficial portuguesa. Nesta perspetiva, tornou-se interessante, por exemplo, uma comparação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, dois países que tinham partilhado a mesma colonização portuguesa e a mesma luta anticolonial, mas que a partir da conquista da independência assumiram trajetórias políticas diferentes.

Na década de 1980, o país continuou a merecer a atenção de muitos investigadores pertencentes à velha guarda, mas a eles agregaram-se novos estudiosos. Autores como Richard Lobban, Rosemary Galli, Jocelyn Jones, Joshua Forrest, Anne-Marie Hochet, Carlos Lopes, Patrick Chabal, para citar apenas alguns e algumas, emergiram do lote dos recém-chegados.[7] Segundo Philip J. Havik, foi por essa altura, igualmente, que se iniciou uma investigação de campo sobre um vasto leque de temas, com a perspetiva de tentar perceber as razões dos fracassos do passado e dos problemas do presente, e de fornecer as bases para futuras políticas. Os principais temas que, desde então e até 1990, caracterizaram o debate, passaram a ser o papel do Estado na economia e a posição da burocracia na implementação das políticas, os fundos orçamentais do desenvolvimento económico, as suas fontes e administração, a relação entre o sector agrícola e os sectores industrial e de serviços, os vínculos entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Estado, entre outros.[8]

Algumas destas análises assumiram uma importância particular no que respeita aos estudos políticos. Richard Lobban, por exemplo, para além de constituir um dos pioneiros da análise da evolução política da Guiné-Bissau, teve uma contribuição inestimável na produção do conhecimento histórico-científico da Guiné-Bissau, particularmente com o seu dicionário histórico do país.[9] A obra *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*, de Rosemary Galli e Jocelyn Jones, dá-nos conta do desenvolvimento político, económico e social da época colonial e pós-colonial à segunda metade dos anos 1980, passando pelas novas dinâmicas surgidas durante e após a libertação nacional. Também fornece uma análise sectorial detalhada das dificuldades e das conquistas desde a independência. É certamente uma obra importante não só para quem deseja compreender os desafios por que passou uma nação como a Guiné-Bissau, após uma revolução vitoriosa, mas também para analisar um regime na altura apelidado de 'marxista'.

Os trabalhos de Lars Rudebeck e de Joshua Forrest têm sido lapidares para a compreensão da evolução política da Guiné-Bissau, nomeadamente no que tange à relação entre Estado e sociedade e ao processo de democratização. As análises destes dois autores vão muito além do sistema multipartidário e dos procedimentos eleitorais, uma vez que nelas se discutem os contrastes existentes na forma como o povo interpreta a 'democracia'.[10] A análise que Forrest nos oferece no seu livro *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau* elucida-nos sobre o facto de que a fragilidade do Estado pós-colonial deve ser entendida no contexto de muitas influências históricas, e que a sociedade civil rural deve ser tomada muito a sério no estudo da evolução política.[11]

---

6 Havik (1990).

7 Lobban e Mendy (1997), Rudebeck (2001), Galli e Jones (1987), Forrest (1992), Lopes (1982, 1987), Chabal (1983).

8 Havik (1990).

9 Lobban (1979).

10 Rudebeck (2001).

11 Forrest (2003).

A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), em 1984, é igualmente fruto deste novo despertar de interesse pela Guiné-Bissau. Desde a sua fundação, o INEP tem servido de ponto focal para académicos nacionais e internacionais envolvidos na realização de investigação sobre política, economia e aspetos socioculturais do país. Isso fortaleceu a comunidade científica local, com apoio de parceiros internacionais. A principal revista do INEP, a *Soronda*, e publicações de livros como a série *Kaçu Martel*, ajudaram a preencher lacunas cruciais de conhecimento sobre o país, servindo de referência para a investigação académica crítica. Mais recentemente, as universidades estrangeiras que se instalaram em Bissau criaram oportunidades para a investigação social, através da publicação de revistas como a *Sintidus*, patrocinada pela Universidade Lusófona.

A partir da década de 90, o país notabilizou-se pelos acontecimentos que espelhavam uma instabilidade política crónica e uma ausência de desenvolvimento – défice de funcionamento das instituições constitucionais, os sucessivos golpes de Estado, a corrupção alargada e o tráfico de drogas –, que alguns caracterizaram como um processo de informalização da política.[12] Esta terceira vaga de transformações sociopolíticas reforçou o interesse pelas análises sociopolíticas sobre a Guiné-Bissau, mas numa leitura menos otimista do país. Neste contexto, a obra organizada por Patrick Chabal e Toby Green, *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, é de uma importância capital.

Um outro conjunto de estudos, de cariz antropológico, centrou-se em questões relacionadas com a identidade nacional, a importância da língua crioula guineense e as organizações de base, como as *majuandadis*, formadas durante o domínio colonial. A ênfase nas relações e identidades sociais permitiu que estas análises apresentassem uma visão mais positiva da Guiné-Bissau.[13]

Do ponto de vista metodológico e das técnicas de pesquisa utilizadas na abordagem dos diferentes temas, em diferentes períodos, nota-se uma ausência do recurso às investigações de opinião pública, feitas através de sondagens científicas ou estudos de grupos focais. Antes da iniciativa Vozes do Povo, a recolha de informações era, no geral, produzida através de pesquisa em arquivos, inquérito etnográfico, participação direta e entrevistas realizadas com atores-chave. Como resultado, as suas avaliações da opinião pública forneciam uma imagem fragmentada, baseada em conjuntos de dados parciais, relativos a grupos sociais ou áreas geográficas específicas.

O projeto Vozes do Povo vem, por isso, preencher uma lacuna de há muito existente nos estudos guineenses. Por se basear numa técnica de investigação que já deu provas noutros países, combinada com outros métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, permitiu gerar um vasto acervo de dados com informações inéditas sobre o país – uma autêntica mina que pode ser explorada de variadas formas. A reflexão posterior sobre os resultados do estudo, feita de maneira coletiva e sob diversas óticas académicas, permitiu aprofundar a compreensão da sociedade guineense de uma maneira singular. Com a iniciativa Vozes do Povo, a Guiné-Bissau poderá contribuir para a produção do conhecimento em África, e não só, com a difusão do modelo inovador de pesquisa desenvolvido neste país.[14]

O conhecimento é uma fonte de poder quando se baseia num diagnóstico empírico e correto da situação. No âmbito político e social, isso depende muitas vezes da capacidade de compreender

---

12 Forrest (2002).

13 Trajano Filho (1998, 2003) e Kohl (2018).

14 Carter (2018, 2020a, 2020b, 2021).

as perceções e opiniões do cidadão comum. O conhecimento revela oportunidades e riscos, e determina a ideia do possível. Este conhecimento pode ser utilizado para dominar as pessoas ou, com a sua democratização, emancipá-las. Ao disponibilizar toda a informação produzida, a iniciativa Vozes do Povo visa apoiar o progresso democrático do povo guineense.

Os colaboradores deste volume representam um conjunto de disciplinas científicas e de experiência global. Entre os dez parceiros, há especialistas em ciência política, filosofia, história, ciências sociais, relações internacionais, antropologia, demografia e estudos africanos. A acumulação de conhecimento científico sobre a Guiné-Bissau gerado por este elenco, ao longo das últimas décadas, é impressionante. Daí o mérito da sua contribuição para este estudo.

Conteúdo do Livro

A obra consta de 13 capítulos divididos em duas secções. A primeira apresenta a pesquisa Vozes do Povo e seus principais resultados. A segunda parte do livro analisa as informações elaboradas, situando-as no devido contexto. É também nesta secção que se faz jus ao manancial do novo conhecimento acumulado sobre a Guiné-Bissau.

Parte I. Vozes do Povo: O Estudo e os Resultados

Na primeira parte do livro, Miguel Carter apresenta as pesquisas realizadas entre 2018 e 2021, e oferece uma visão geral da informação produzida. Os seis capítulos desta secção dão mostra da qualidade científica e relevância política do conhecimento gerado.

No capítulo 1, "Pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau: Destaques e metodologia," Carter sintetiza os principais resultados do estudo Vozes do Povo e explica a metodologia de pesquisa aplicada. Os resultados destacados revelam a perceção dos guineenses sobre a situação do país, o Estado, a política e a sociedade. Isto é seguido por uma explicação detalhada do procedimento utilizado para realizar a sondagem de opinião pública de 2018, a pesquisa de mineração e análise de dados efetuada com o *data set* deste inquérito, o estudo de grupos focais, e a revisão comparativa de opinião pública entre a Guiné-Bissau e outros países africanos. O texto visa dar conta da transparência e do rigor científico com que foram elaboradas as informações apresentadas neste livro.

No capítulo 2, "Vida pública: Democracia, engajamento cívico e partidos políticos," Carter examina as bases sociais de adesão à democracia na Guiné-Bissau. Entre os guineenses, há um apoio mais forte à dimensão igualitária da democracia do que à sua matriz liberal, em particular o Estado de Direito e pleno respeito ao dissenso. A afinidade entre a defesa da democracia e a igualdade de género é notável. O texto explora os diversos níveis de engajamento na vida pública. Os homens, os residentes de Bissau, os cidadãos com mais estudos, e pessoas com uma atuação religiosa mais intensa, exibem uma participação cívica mais elevada. Contudo, na militância partidária a escolaridade tem um peso menor. Entre os ativistas políticos, dois de cada três são homens, a maioria com um forte engajamento religioso vinculado, sobretudo, à comunidade muçulmana. Entre os grupos étnicos, os Mandingas destacam-se pela alta atuação partidária e os Manjacos por serem pouco ativos no âmbito político.

No capítulo 3, "Atitudes sociais: Igualdade de género e confiança interpessoal," Carter observa uma ampla simpatia pela igualdade de género na Guiné-Bissau, apesar de vários obstáculos ao pleno engajamento público das mulheres. Em termos demográficos, o apoio à

igualdade de género é maior entre as pessoas mais jovens, com estudos superiores, de estrato social alto, e residência urbana. Os adversários dessa mudança social são um sector minoritário da população. Entre eles, a principal objeção é a participação das mulheres na vida política do país. Carter também examina os níveis e tipos de confiança entre os guineenses. Um quarto da população tem alta confiança interpessoal, e pouco menos de um quarto tem baixa confiança. Pessoas com maior confiança tendem a acreditar mais nas instituições e autoridades públicas e, portanto, a participar mais na vida cívica.

No capítulo 4, "Etnia, política e religião numa sociedade heterogénea," Carter investiga as disposições dos principais grupos étnicos e religiosos no país. A análise surge do cruzamento de dados. Isto permite caracterizar as condições de vida, práticas e orientações dos sete maiores grupos étnicos do país, que constituem quase 90% da população nacional. Os grupos étnicos na Guiné-Bissau distam muito de ser homogéneos. Ainda assim, é possível ressaltar alguns acentos e, com isso, oferecer uma leitura original sobre as etnias mais importantes do país. As relações interétnicas entre os guineenses são geralmente pacíficas e construtivas, porém suscetíveis ao perigo latente de uma politização tribal. O capítulo também avalia o risco de sectarismo religioso e as condições que favoreceriam o ecumenismo religioso. Os dados revelados são eloquentes. Na Guiné-Bissau, a vida religiosa tende a diminuir o risco de sectarismo e propiciar a tolerância social. As atitudes mais sectárias são mais prováveis entre pessoas menos religiosas.

No capítulo 5, "O povo reflete sobre a política e o povo," Carter oferece uma sinopse dos resultados da pesquisa de grupos focais. A principal preocupação detetada nestas entrevistas girou em torno da instabilidade crónica e degradação política da Guiné-Bissau. É isto, na avaliação dos participantes, que torna o Estado incapaz de promover o desenvolvimento do país. Para os entrevistados, as disputas políticas fomentam a desconfiança e divisões na sociedade, e podem levar à violência. Elas exacerbam os problemas de corrupção, impunidade e a desigualdade, sobretudo no que diz respeito à lei. Tudo isto gera uma sensação de impotência, ressentimento e resignação. A deterioração da vida política do país depois da independência trouxe muita deceção e uma sensação de fracasso. No meio de uma extensa pobreza, o sofrimento do povo e a sensação de abandono pelo Estado promovem a indignação. Contudo, a consulta detetou uma perceção de mudança quanto ao protagonismo das mulheres na Guiné-Bissau, num esforço por superar um conjunto de limitações históricas.

No capítulo 6, "Opinião pública na Guiné-Bissau e na África Ocidental," Carter compara os resultados das sondagens realizadas nos 15 países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), feitas com as mesmas perguntas desenvolvidas pelo Afrobarometer. A Guiné-Bissau se destaca pelo grande receio da população face aos rumos do país e pela perceção geral de desvio na sua condução. Nenhum dos outros países da CEDEAO exprime os níveis de descontentamento, baixas condições de vida, e clima de insegurança pessoal retratados pelo povo guineense. Junto com a Serra Leoa, a Guiné-Bissau sobressai na região pelo alto nível de identificação partidária e participação eleitoral. Ao mesmo tempo, os guineenses exibem uma forte relutância a engajar-se em modalidades de participação cívica que envolvam um ato de reclamação às autoridades governamentais. Isto se relaciona com o facto de o governo deste país aparecer com o pior ranking regional na avaliação da sua gestão pública. Na CEDEAO, não há nenhum outro país que pense que os líderes políticos colocam os seus interesses pessoais

acima das necessidades do povo, numa proporção tão elevada quanto aquela que existe na Guiné-Bissau.

Parte II. Análise e Reflexões

Esta secção abarca sete capítulos redigidos pelos dez parceiros do livro. Os três primeiros textos lidam essencialmente com a sociedade guineense. Outros três capítulos investigam temas ligados à política e ao Estado. A conclusão examina a disjunção entre o Estado e a sociedade guineense.

Sociedade

No capítulo 7, "Etnia, religião e a história do poder popular," Toby Green mostra que os marcos históricos são essenciais para descodificar os resultados do estudo Vozes do Povo. Ele chama a atenção para a importância do pluralismo social na construção das identidades étnicas e religiosas da Guiné-Bissau, um pluralismo que não está forçosamente ligado a uma tolerância liberal, mas onde se partilha com prazer a convivência interétnica e religiosa. Esta tolerância é muitas vezes postulada, na ciência política ocidental, diz Green, como um produto das sociedades modernas e seus valores liberais. No entanto, na Guiné-Bissau, tais valores têm pouco a ver com o liberalismo, um pensamento político que, na sua expressão mais crua e hipócrita, serviu para justificar a expansão de um imperialismo explorador e violento ao longo de África, sobretudo no século XIX e início do século XX. Pelo contrário, esta tolerância social deriva, no essencial, das condições históricas do país, que o tornaram um ponto de encontro de diferentes povos e religiões.

No capítulo 8, "Condições de vida, território e convivência social", Miguel Carter, Carlos Cardoso e Nafiou Inoussa fazem uso da pesquisa Vozes do Povo para aprofundar a reflexão sobre a sociedade guineense. O modelo de desenvolvimento adotado desde o tempo colonial, voltado para a exportação de produtos primários, teve um impacto importante nas condições de vida da população, na dinâmica territorial e na capacidade de convivência social. Na Guiné-Bissau, o bem-estar material da população está associado ao acesso à educação, ao emprego mais qualificado, e às remessas do exterior. A concentração da riqueza em Bissau e o baixo rendimento da população camponesa criaram um notável desequilíbrio no desenvolvimento territorial. A urbanização do país e o rápido crescimento de Bissau geraram diversas transformações na vida social. No campo religioso, houve uma grande expansão do cristianismo e do islamismo, em detrimento das religiões tradicionais africanas. Bissau exibe traços de uma sociabilidade diferenciada, com pessoas mais apreensivas, porém mais propensas a adotar valores modernos, incluindo a tolerância à diversidade sexual. As condições precárias de vida no país e a frustração com o rumo da nação explicam a grande propensão dos guineenses para a emigração.

No capítulo 9, "Relações de género," Birgit Embaló demonstra as causas subjacentes às desigualdades e à discriminação de género ligadas a normas socioculturais, contextos rurais tradicionais e à dominância do poder patriarcal na sociedade guineense. Na sua contribuição, ela considera que a igualdade de género na Guiné-Bissau permanece um desafio constante porque as reais condições de vida ainda indicam grave discriminação das mulheres. Embaló demonstra que os primeiros frutos na direção certa para relações de género mais iguais e justas estão a amadurecer, com a atitude mais positiva em relação à igualdade de género, o que é corroborado nas pesquisas Vozes do Povo. A criação de um ambiente propício para mais igualdade de género e o empoderamento das mulheres precisará no entanto de envolver os homens como parceiros, tanto no meio juvenil, doméstico, político, como no sistema de poder tradicional. A superação da cultura

de *matchundadi* – ou da virilidade masculina – será fundamental para consolidar a mudança em curso.

Política e Estado

No capítulo 10, "O artifício do homem forte e a instabilidade do regime político," Miguel Carter investiga o regime político da Guiné-Bissau e sua prolongada e precária transição democrática desde a década de 1990. A instabilidade crónica do regime gerou um impacto altamente negativo para o país, sua governação, desenvolvimento, e senso de autoestima. Esta situação deriva da política do homem forte e das condições que favoreceram a sua implantação na Guiné-Bissau. Esta modalidade política é guiada por regras informais e uma conceção comunitária do exercício do poder, que alimenta uma práxis patrimonialista e clientelista. O homem forte exibe elementos de uma masculinidade tóxica e instiga uma política de soma zero, onde o vencedor leva tudo. Isto provoca uma luta acirrada pelo poder e o acesso aos seus privilégios, onde a atenção a assuntos programáticos é pouca ou nula. Carter oferece uma leitura comparada e histórica do regime guineense. Esta análise inclui uma revisão do contexto institucional, político, económico e cultural que tem facilitado o *modus operandi* do homem forte. A conclusão descreve uma série de medidas destinadas a atenuar este artifício político.

No capítulo 11, "Fragilidade do Estado e corrupção," Carlos Cardoso e Ismael Sadilú Sanhá começam por demonstrar a estreita relação existente entre uma e outra. A história recente da Guiné-Bissau revelou que em inúmeros casos a corrupção contribuiu para corroer a confiança no Estado de Direito. Tentou-se compreender melhor o fenómeno da corrupção na Guiné-Bissau através de uma análise da sua dimensão histórica e da relação entre ela e as dinâmicas económicas e políticas. O sentimento generalizado comprovado pelas pesquisas Vozes do Povo é de que o Estado não tem cuidado devidamente dos seus cidadãos, por causa doutros fatores, mas também da corrupção. Face ao carácter endémico da corrupção, o Estado e seus mais altos dignitários têm manifestado a sua aspiração de atacar o fenómeno. Contudo, o combate à corrupção no país requer a sua associação a outras grandes reformas, nomeadamente a da Administração Pública. O país precisa de uma agenda ampla e abrangente que coloque no centro das atenções a promoção da transparência e integridade, concluem os autores.

No capítulo 12, "Partidos políticos, eleições e participação cidadã," Rui Jorge Semedo e Paulina Mendes analisam a relação entre partidos políticos e cidadãos, ao mesmo tempo que procuram identificar os fatores que dificultam a participação destes na vida pública. O artigo põe em evidência uma enorme insatisfação dos cidadãos com o papel que os políticos têm assumido, e sua influência na má governação, fragilização do sistema partidário, e incentivo à divisão sociocultural. Os autores concluem que na Guiné-Bissau a variável etnia é fundamental na adesão aos partidos políticos e na votação dos candidatos. Segundo Semedo e Mendes, a participação nas eleições não tem sido um assumir do exercício da cidadania a partir dos programas e ideologias apresentadas pelos partidos e candidatos. O foco tem sido a pertença étnico-religiosa que se manifesta a partir de uma identificação implícita ou explícita. Com a queda do monopartidarismo e a adoção do multipartidarismo surgiu uma oportunidade transformadora que podia contribuir para a consolidação da relação entre os partidos e os cidadãos, servindo sobretudo como agente canalizador das demandas sociais às estruturas de governação e vice-versa. Mas esta oportunidade está em vias de ser desperdiçada, segundo os autores.

Conclusão

No capítulo 13, "Disjunção Estado-sociedade," Philip J. Havik e Joshua B. Forrest reconstroem a trajetória política complexa e heterogénea do país desde a independência, seguida por uma análise das tendências que emanam da pesquisa Vozes do Povo. Logo depois, examinam a brecha entre o Estado e a sociedade na Guiné-Bissau, e exploram a natureza e extensão desta fissura histórica. Os autores destacam a profunda desconfiança nas instituições públicas e nos atores políticos. Ao mesmo tempo, demonstram uma notável confiança nas suas 'próprias' organizações e lideranças comunitárias. Com a devida cautela, Havik e Forrest terminam propondo caminhos que poderiam reduzir o fosso entre o Estado e a sociedade. Um destes caminhos consistiria na descentralização do sistema político, com a ideia de fortalecer a autonomia das comunidades e melhorar o acesso a serviços básicos. A nível local, seriam estabelecidos conselhos municipais eleitos em sintonia com as tradições endógenas existentes, aproveitando práticas locais de lideranças sincréticas. Estas entidades políticas locais eleitas operariam através de instituições locais respeitadas para evitar a sobreposição de autoridades e a fragilização das comunidades.

Inquietude Popular e Oportunidade de Mudança

Os estudos apresentados neste volume sublinham a profunda frustração popular com a instabilidade política crónica da Guiné-Bissau. Aos olhos dos cidadãos deste país, os conflitos endémicos entre as elites políticas tornaram o Estado incapaz de promover o desenvolvimento da nação. Esta instabilidade desperta o medo popular e uma frustração generalizada, se não mesmo raiva. Nove em cada dez guineenses receiam que as lutas de poder entre as elites possam conduzir à violência política. Nenhuma outra nação da África Ocidental apresenta um nível comparável de ansiedade e ressentimento face à má governação e à pobreza endémica do país.[15]

Há, no decorrer da obra, uma lição que nos parece primordial: a urgência em cuidar da política neste país. A Guiné-Bissau ainda precisa de desenvolver a sua prática política para poder instituir uma política de desenvolvimento eficaz. A população está dolorosamente consciente disto, como mostram os resultados da nossa investigação. Os esforços para superar estes obstáculos devem aproveitar essa energia social. A indignação popular não precisa desembocar num sentimento de impotência. Se for bem gerida, ela pode inspirar soluções criativas e encorajar a sua prossecução com vigor.

A estabilização da vida política nacional através de fórmulas democráticas adequadas é crucial para esta tarefa. Vários capítulos do nosso volume discutem reformas institucionais relevantes.[16] A mudança crítica terá, no entanto, de abordar as questões de comportamento e de cultura política. Isto requer uma compreensão clara e realista de como funciona a política na Guiné-Bissau. Para tal, também é preciso ter plena consciência do papel influente que os atores da sociedade política guineense podem ter: os seus partidos e movimentos políticos, líderes, quadros e ativistas. Mudar as condições e as normas que sustentam práticas políticas problemáticas exige uma avaliação rigorosa do que deve ser feito e uma teoria de mudança a médio e longo prazos. O investimento na preparação de uma nova geração de dirigentes políticos e sociais guineenses será de importância crucial nesse compromisso. Muito pode ser feito para reforçar os valores

[15] Ver os capítulos 1, 5 e 6 neste volume.

[16] Ver os capítulos 10, 11 e 13 neste volume.

democráticos, aperfeiçoar as competências de liderança e melhorar a capacidade de deliberação pública.

Iniciativas deste género devem ser tratadas como parte de um esforço maior em promover a participação cívica, especialmente entre os jovens e as mulheres. A preocupação com problemas ambientais, entre os guineenses, sugere que estas questões podem constituir um recurso importante para ações deste tipo.[17] As atividades cívicas podem produzir vários benefícios a curto prazo. Contudo, o mais importante está no facto de elas poderem desencadear um processo mais vasto de transformação, ao cultivar novos padrões de comportamento social e de liderança, assentes em valores alternativos. Com o tempo, estas mudanças podem corroer as práticas nocivas e abrir caminho às reformas políticas necessárias.

A pesquisa revelou-nos ainda que há, em tudo isto, um grande potencial de trabalho com as mulheres e de empoderamento de líderes femininas.[18] O seu dinamismo, praticidade e ética de cuidado parecem constituir bases seguras para equacionar o seu envolvimento nos processos de mudança em curso. A resolução do impasse político na Guiné-Bissau e da sua instabilidade crónica é e será fundamental para o futuro desta nação. Mas ou ela se faz com o engajamento das mulheres ou não terá a força e a lucidez necessárias para produzir a transformação desejada.

Referências

Carter, Miguel (2021). *Vozes do Povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do Povo: Estudo de grupos focais na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do Povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2018). *Vozes do Povo: A primeira pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carvalho, Clara (2004). "O Saber e o Olhar Colonial: Política e Iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa," *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, 8 - Nova série (julho).

Chabal, Patrick *et al.* (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa.* London: Hurst & Company.

Chabal, Patrick (1983). *Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chabal, Patrick (1983). "People's War, State Formation and Revolution in Africa: A Comparative Analysis of Mozambique, Guinea-Bissau, and Angola," *The Journal of Commonwealth and Comparative Studies*, 21, pp. 124-135.

Chabal, Patrick e Toby Green, organizadores (2016). *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*. London: Hurst & Co.

[17] Ver o capítulo 1 neste volume.

[18] Ver os capítulos 3, 5 e 9 neste volume.

DEMOS (2024). “Vozes do Povo”. Fonte: www.demos.org.py

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau.* Athens: Ohio University Press.

Forrest, Joshua (2002). “Guinea-Bissau,” *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, organizado por Patrick Chabal *et al*. London: Hurst & Company.

Forrest, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.

Galli, Rosemary E. e Jocelyn Jones (1987). *Guinea-Bissau: Politics, Economics, and Society*. Boulder: Lynne Rienner.

Havik, Philip J. (1990). “A Pesquisa sobre a transformação rural na Guiné-Bissau: Breve inventário de temas e de autores após a independência,” *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, 10 (julho).

Joseph, Richard (1977). *Radical Nationalism in Cameroon*. Oxford: Oxford University Press.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.

Lobban, Richard (1979). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau and Cape Verde*. London: The Scarecrow Press.

Lobban, Richard A. e Peter Karibe Mendy (1997). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 3.ª edição. Lanham, MD: The Scarecrow Press.

Lopes, Carlos (1987). *Transição histórica na Guiné-Bissau: Do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70.

Rudebeck, Lars (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau: Um estudo de democratização difícil*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

Trajano Filho, Wilson (2003). “Uma experiência singular de crioulização,” *Série Antropologia*, Universidade de Brasília, 343, pp. 1-30.

Trajano Filho, Wilson (1998). “Polymorphic Creoledom: The Creole Society of Guinea-Bissau,” Tese de doutoramento, University of Pennsylvania.

World Population Review (2021). “Guinea-Bissau Population.”

Fonte: https://worldpopulationreview.com/countries/guinea--bissau-population